

## Editorial

---

Jaime de Almeida

Em março de 2015 a *Revista Brasileira do Caribe* divulgou uma convocatória de artigos para compor um dossiê dedicado ao tema História, Memória e Comemoração. Nossa intenção era problematizar uma ideia do historiador Pierre Nora – segundo a qual estaríamos imersos na *Era da Comemoração* – testando sua aplicabilidade ao espaço/tempo caribenho, uma vez que o espaço, o momento, o contexto e as razões dessa ideia são visivelmente eurocêntricos, uma reavaliação dos 200 anos da Grande Revolução de 1789 quando o socialismo dos países do Leste começava a se desconstruir e se acelerava o processo de unificação europeia.

Não há mais lugar para o espelhismo que hegemonizou o século XIX e uma boa parte do século XX, assumindo *A Era da Comemoração* como uma categoria universal imediata. No entanto, não há como ignorar, por um lado, a presença histórica de um considerável contingente *criollo* da população, distribuído desigualmente entre as várias partes do continente, um dado empírico relevante que não pode ser ignorado – com uma notável exceção, o Haiti, onde os brancos foram substituídos pelos *indigènes*. E, principalmente, não há como negar a existência empírica do Estado (concebido segundo padrões internacionais ou, se quisermos, eurocêntricos) e a importância de estruturas e projetos estatais conformando a realidade que pretendemos encarar.

Nossa convocatória assumia que, tanto na América Latina como possivelmente no Caribe, aquele futuro desencantado que Pierre Nora vislumbrava na época do Bicentenário da Revolução Francesa não tem lugar no Bicentenário das Independências latinoamericanas (e também, talvez, nas principais comemorações caribenhas?). Aqui, poderosas utopias (bem como seus fortes adversários) ainda operam, embora o que mais comova milhares dentre nós seja a procura da verdade no passado.

Antecipávamos que seria quase inútil procurar em todo o Caribe insular por reverberações do Bicentenário da Independência da América Latina, com duas notáveis exceções: o Bicentenário da Independência do Haiti – tragicamente engolfado pelo terremoto de 2010 – e o Cinquentenário da Revolução Cubana, apoiado no bolivarianismo do Bicentenário venezuelano.

Ocupando-se do tema “O bicentenário bolivariano no eixo VeneCuba”, o artigo do historiador brasileiro Jaime de Almeida identificou um projeto audacioso de articulação política entre nações que, alicerçado por uma conjuntura mundial favorável aos países exportadores de *commodities*, especialmente o petróleo, entrelaçou duas comemorações de ordem e origem diferentes: dois séculos da independência da Venezuela e meio século de socialismo em Cuba. A projetada federação ou confederação entre os dois países era o eixo, o coração pulsante de um imenso e heterogêneo conjunto em que se articulariam o Caribe insular e a América do Sul (denominação que explicita a ausência do México). Os nomes adotados pela ideia de futuro anunciado nessa dupla comemoração permanecem vigentes: ALBA e Socialismo do Século XXI. No entanto, o artigo sugere que a morte do presidente Hugo Chávez, a queda abrupta dos preços internacionais do petróleo e a conquista da maioria parlamentar pela oposição na Venezuela marcam uma quebra de ritmo no processo de união entre os dois países. O sinal mais evidente é a recente normalização das relações entre Cuba e os Estados Unidos.

O Bicentenário da Independência da América Latina, aberto em 2009 na Bolívia, continua em desenvolvimento e só começará a encerrar-se com uma nova rodada de comemorações que começarão na Argentina em 2016 e culminarão na Bolívia em 2025. No primeiro desses países, a conjuntura política se alterou há poucos meses e tudo indica que o ciclo comemorativo se encerrará com um discurso praticamente oposto ao discurso peronista de abertura em 2010. No segundo, ainda não se sabe se Evo Morales, reeleito para presidir o país até 2020, ainda estará – como pretende – no comando do país que comemorará o desfecho da batalha de Ayacucho em 2025.

O dossiê prossegue com dois artigos focalizando dinâmicas festivas na região caribenha da Colômbia que, ao introduzir como que um contraponto, contribuem para nossa tentativa de desenhar uma percepção geral da dinâmica do processo comemorativo no Caribe contemporâneo.

O historiador brasileiro Milton Moura apresenta “O drama étnico e político do 11 de novembro em Cartagena de Índias”. Começando com um balanço dos estudos que problematizam festa, etnicidade e política, focaliza a história da principal comemoração cívica da principal cidade caribenha da Colômbia. Tomamos a liberdade de sugerir aqui ao leitor que atente para uma transição. Vimos que o artigo de Jaime de Almeida, focado no dinamismo do projeto de união entre Cuba e Venezuela para a construção do Socialismo do Século XXI, concentra a atenção no protagonismo de homens de Estado como Hugo Chávez e Fidel Castro – dois indivíduos excepcionalmente poderosos que nenhuma historiografia poderia ignorar: um deles permanentemente em cena perante as massas venezuelanas, o outro chefiando por mais de meio século a burocracia do Estado e do Partido.

Já o artigo de Milton Moura se concentra no protagonismo da sociedade local e regional nas festas de Cartagena de Índias, procurando pelas mudanças recentes observadas na sua configuração. Destaca em especial a relação entre a participação dos jovens e adolescentes nos festejos da Independência e sua história, fortemente marcada pelos conflitos armados no interior da Colômbia. Assim, temos a oportunidade de aproximar-nos a algo que, embora sugerido no texto de nossa convocatória, não pôde ser suficientemente contemplado no artigo de Jaime de Almeida: se o Socialismo do Século XXI figura no discurso do Bicentenário como a mais poderosa utopia, o artigo de Milton Moura e, como veremos, mais ainda o de Daleth Restrepo Pérez, trazem para de perto de nossos olhares os mais fortes adversários dessa utopia.

Milton Moura procura aproximar-se com sensibilidade ao ponto de vista dos *desplazados* (migrantes forçados) produzidos por “uma guerra civil que se estende por pouco mais de 50 anos

entre setores populares compostos na sua maioria de camponeses e habitantes de pequenas cidades, de um lado, e guerrilheiros, narcotraficantes e milicianos paramilitares, de outro” que se acumulam nas grandes cidades colombianas como Cartagena de Indias. Com esses novos moradores urbanos, a polarização social vem adquirindo novas configurações, com novos atores coletivos que buscam se expressar no universo da Festa, colidindo “com as formas tradicionais legitimadas diante das elites ou outras formas que, se não propriamente legitimadas, eram toleradas”.

Retomaremos a resenha do artigo de Milton Moura depois de abordar o artigo da historiadora colombiana Daleth Restrepo Pérez que põe o dedo na ferida de seu país: “La cultura festiva del Caribe colombiano en la encrucijada de la guerra: fiesta y paramilitarismo en Necoclí-Antioquia”. Antes que pensemos numa paisagem tipicamente montanhosa do interior da Colômbia, a autora nos situa justamente no primeiro assentamento colonial do litoral caribenho da América do Sul, ocupado pelo povo Kuna Tule que ensinaria a Francisco de Balboa o caminho para o Mar do Sul.<sup>1</sup>

Daleth Restrepo Pérez analisa a transformação da cultura festiva em Necoclí, província antioquenha de Urabá, num contexto de extrema violência e controle social estabelecido por forças paramilitares. Sua inquietação é a relação entre o poder e o simbólico: a *violência simbólica*, o *lugar* e a territorialidade. O artigo problematiza a cultura festiva necocliseña a partir das identidades étnicas, da memória e da história local. O retrato é trágico: entrelaçados, o conflito armado e o paramilitarismo transformam e degradam as dinâmicas sociais tradicionais da comunidade, particularmente no campo das práticas festivas, dancísticas e musicais. Felizmente, o artigo indica que as respostas sociais frente a esta nova ordem social em construção se expressam sutilmente de dentro da própria festa, apoiadas na tradição e na reconstrução de comunhão e comunidade.

---

<sup>1</sup> A propósito, sobre os Kuna Tule da Colômbia e Panamá atualmente, v. Jaime de Almeida. A arte encantadora das mulheres kunas. Postais ano 3 n. 4, 2015, p. 139-147. Disponível na web: [http://issuu.com/culturacorreios/docs/revistapostais\\_4\\_2015](http://issuu.com/culturacorreios/docs/revistapostais_4_2015)

É muito impactante a coincidência entre a temporalidade dos processos sociais e culturais do Caribe colombiano, estudados por Milton Moura e Daleth Restrepo Pérez, e a temporalidade estudada por Jaime de Almeida. Na Colômbia que celebra o Bicentenário da Independência, finalmente se torna possível a superação de um conflito de meio século – conflito que não deixou de sincronizar-se com a perspectiva bolivariana, como sabemos. Como resultados parciais das negociações entre o governo da Colômbia e as FARC, iniciadas com a ajuda dos presidentes Hugo Chávez e Raúl Castro, já se esboçam processos que não podem mais ser vistos como utopias distantes. A Comissão Histórica da História do Conflito e suas Vítimas, fruto do esforço de diversos setores do governo e da sociedade civil colombianos para superar o drama da guerra civil, ajuda na implementação de políticas governamentais de reparação e no enfrentamento do preconceito e discriminação contra os *desplazados* estigmatizados pela vulnerabilidade.

Encerrando o dossiê, o historiador haitiano Vertus Saint-Louis procede a uma minuciosa radiografia do culto cívico à memória de Jean-Jacques Dessalines, começando pelo exame das possíveis razões de seu assassinato por seus próprios companheiros em 1806. Este esforço investigativo nos parece notável por não deixar-se envolver em esquemas de explicação que reduzem os problemas do Haiti às pressões externas. No processo da revolução haitiana e construção da nação, Vertus Saint-Louis mostra que além dos conflitos entre senhores e escravos, e também entre negros e mulatos livres – tema este que ele abordou em profundidade num artigo publicado no Brasil<sup>2</sup> – não se pode ignorar os frequentes conflitos entre chefes negros e mulatos – nascidos no Haiti, que se percebiam como *indigènes* – e os negros ditos boçais, designados como *congós*, *africanos*, *marrons*, ou principalmente *cultivateurs*.

A memória de Dessalines foi reabilitada no Haiti em 1845, pouco depois que a França festejava com com todas as honras os restos mortais de Napoleão Bonaparte (1840) e a Venezuela

---

<sup>2</sup> Vertus Saint-Louis. A Guerra do Sul e as apostas do comércio internacional. *Textos de História* n. 13, n. 1-2, 2005, p. 37-52. Disponível na web: <http://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/6038>

fazia o mesmo com os de Simón Bolívar (1842). Vertus Saint-Louis mostra com clareza que foi sob a pressão crescente da grande massa negra da população que os mulatos iniciaram o processo de reabilitação da memória de Dessalines, finalmente consolidado pelo imperador negro Soulouque que instituiu a festa nacional dos Antepassados (2 de janeiro de 1854). Aliás, é nessa conjuntura que começa a florescer a historiografia haitiana, bifurcada em duas vertentes – negra e mulata – que persistem até a atualidade.

Esse artigo poderá ser muito útil àqueles que se interessam pela longa duração da história do Haiti, principalmente por fornecer abundante informação coletada em arquivos haitianos e estrangeiros e na historiografia local. Entendemos como uma de suas principais contribuições a aproximação em profundidade aos problemas e conjunturas do século XIX num Haiti visto por dentro, um tempo pouco conhecido no Brasil, já que a bibliografia disponível geralmente se concentra nas razões e sentido da revolução e em seguida mergulha nos problemas atuais.

Por um feliz acaso, dois dos artigos avulsos que estamos publicando neste número da Revista Brasileira do Caribe também se referem ao Haiti, de modo que o nosso dossiê sobre História, Memória e Comemoração se prolonga para além do seu próprio recorte.

A socióloga Pâmela Marconatto Marques e o antropólogo José Carlos Gomes dos Anjos, brasileiros, publicam “Quem quer ser Toussaint Louverture? Banalização e silenciamento na produção de narrativas oficiais sobre a história haitiana”. O título chama nossa atenção para o personagem mais identificado no Brasil (e possivelmente no mundo) com a revolução haitiana. Diferentemente do caminho adotado por Vertus Saint-Louis, que como vimos concentrou-se nas políticas de memória (e de esquecimento) relativas a Jean-Jacques Dessalines – em torno de quem giram hoje quatro das cinco festas nacionais haitianas – ao longo de 200 anos, os autores fazem um vasto e detalhado painel que abarca as distintas narrativas – principalmente as hegemônicas – que vêm sendo formuladas acerca do Haiti no mesmo período, tanto no Haiti como no exterior.

Por sua vez, o sociólogo porto-riquenho Gabriel Alemán Rodríguez traz uma excelente contribuição com um criterioso estudo das ideias de Jean-Price Mars, importante intelectual haitiano (nascido em 1876), expostas num livro pouco conhecido na América Latina, publicado em 1919: *La vocation de l'élite*.<sup>3</sup> Médico, tal como são tantos outros intelectuais de seu país, Price-Mars interpelava diretamente as elites haitianas do início do século XX, convocando-as a assumir sua vocação e papel na organização e condução do coletivo social. Seu objetivo explícito era reconstruir um novo nacionalismo haitiano capaz de restabelecer moralmente o povo e restaurar a independência nacional. Gabriel Alemán Rodríguez indica uma ironia, os ideólogos do intervencionismo norte-americano chegaram a recorrer aos textos que Price-Mars vinha publicando como justificativa para a intervenção militar de 1915. Em meio à crise moral produzida pela intervenção, Price-Mars reuniu os seus textos e publicou-os em 1919.

Para se ter uma ideia do radicalismo da leitura crítica do país feita por Jean Price-Mars no coração do tempo comemorativo do Centenário das Independências, há 100 anos atrás: a própria abolição da escravidão que tanto sangue havia exigido, teria produzido apenas uma mudança superficial, dando lugar a uma forma híbrida de escravidão com uma simples troca de pessoas e de responsabilidades. Expulsos os senhores brancos, a nova sociedade teria conservado de forma insidiosa e tácita o sistema de classes da antiga colônia. E Price-Mars não estava sozinho, se nos lembrarmos das duras palavras do também médico Rosalvo Bobo rechaçando qualquer comemoração do Centenário.

Como se vê, nesse entrecruzamento de leituras sobre o Haiti temos uma boa oportunidade de pensar o Haiti por dentro e não somente a partir daqui de fora onde estamos.

Os demais artigos nos convidam a circular por outros temas, espaços e problemas caribenhos.

O artigo das historiadoras mexicanas María del Rosario Rodríguez e Olimpia Reyes “La doctrina Monroe ¿una política

---

<sup>3</sup> Price-Mars tornar-se-ia muito conhecido (e reconhecido) internacionalmente pela obra *Ainsi parla l'oncle*, publicado em 1928.

caribeña? Las percepciones de Estados Unidos y Brasil” provocará talvez alguma surpresa entre os leitores brasileiros, mostrando com profusão de dados o alinhamento explícito da política externa republicana brasileira com o intervencionismo norte-americano no Caribe – voltado naquela altura, principalmente para o Panamá, Cuba e Porto Rico – durante a Terceira Conferência Panamericana. Celebrada no Rio de Janeiro, o evento foi, muito significativamente, a inauguração do Palácio Monroe, que havia sido criado e exibido dois anos antes na Exposição Mundial de Saint Louis nos Estados Unidos. Os dois principais personagens observados quase passo a passo pelas autoras, que pesquisaram em arquivos mexicanos e norte-americanos, são Joaquim Nabuco (embaixador brasileiro em Washington) e Elihu Root (secretário de Estado dos Estados Unidos).

Com “A eleição de Barack Obama vista da Martinica: expectativas e intuições”, Luana Antunes Costa – pós-doutoranda em Letras Vernáculas, especialista em literaturas africanas e afro-brasileira – apresenta a leitura densa e poética de uma carta aberta enviada pelos literatos martiniquenhos Edouard Glissant e Patrick Chamoiseau ao recém-eleito presidente Barack Obama em 2009. A carta se chama *A intratável beleza do mundo*.

Que nos seja permitida mais uma licença. Tanto a carta de Glissant e Chamoiseau, como a delicada análise feita por Luana Antunes Costa neste artigo avulso trazem muito oportunamente uma ideia-chave que de vez em quando poderia ter aflorado nas entrelinhas dos textos sobre o tempo do nosso Bicentenário – e que aflora aqui, graças ao seu artigo.

Tal ideia, resumida por Patrick Chamoiseau e recolhida pela autora, diz para quem sabe ouvir:

E esta realidade, esta ideia de relação, esta poética da relação é alguma coisa que nos permite inventar não uma alternativa ao capitalismo, não simplesmente um regulamento dos conflitos, mas **nos permite imaginar um outro mundo**. E a emergência simbólica de Obama é que ela torna possível. **Todo** o possível... Ela torna possível todo o possível. Tal emergência política me parece, aqui, absolutamente considerável.

Pensando em outros mundos possíveis, o pintor mexicano Humberto Ortega Villaseñor – especializado nos campos combinados de filosofia, comunicação, arte, cultura, criatividade plástica e literária – e o filósofo eslovaco Tibor Máhrík publicam aqui o artigo “The Search for Genuine Self in the Caribbean Cultural Horizon and Mesoamerican Civilization”. Podemos dizer que este artigo vem trazer, produto das milenares sabedorias nahua e maia, temperado com os saberes/sabores migrantes do Caribe ancestral, um bálsamo para as dores atrozes que o artigo de Daleth Restrepo Pérez nos mostra em Necoclí, coração da Abya Ayala dos Kunas Tule e encruzilhada do mundo entre o Caribe, o continente e o Pacífico.

Fechando este número da RBC, a educadora e museóloga Joseania Miranda de Freitas e o historiador Marcelo Nascimento Bernardo da Cunha, brasileiros, comparam (em espanhol) a obra de dois intelectuais afro-latino-americanos em “Memorias afro-diaspóricas en diferentes territorios caribeños y latinoamericanos en las perspectivas de Manuel Raimundo Querino y Manuel Zapata Olivella”. Os autores do artigo identificam no brasileiro Manuel Raimundo Querino (que viveu na Bahia, 1851-1923) e no colombiano Manuel Zapata Olivella (nascido no Caribe colombiano, morreu em Bogotá; 1920-2004), que viveram em épocas bastante distanciadas, a mesma inquietação: em quais suportes os africanos deportados para a América puderam transportar e transmitir seus registros do passado necessários para viver os novos tempos a que estavam condenados, a não ser os seus próprios corpos humanos sofridos e desterritorializados?

Agradecemos o apoio constante de Olga Cabrera nas tarefas necessárias para a preparação de mais um número da Revista Brasileira do Caribe.

*Jaime de Almeida*